



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA  
BACHARELADO EM FILOSOFIA

Filosofia Social e Política  
**Atividade Avaliativa 1**

Canoi Gomes de Aguiar

NATAL - RN

Julho de 2025

# 1 Política e as ordens naturais em Aristóteles

O homem é um animal cívico, nós naturalmente fomos feitos para viver em sociedade, pelo menos é o que argumenta Aristóteles em seu texto. Outros animais também se organizam socialmente, mas somente o homem que possui o dom da *fala* pode se organizar politicamente. É importante entender o contexto no qual os gregos da época estavam inseridos, pois isso influencia fortemente o desenrolar do seu pensamento. Como foi dito em sala, os gregos tem uma forte relação com a Cidade, ele se enxerga como sendo a própria; isto se evidencia em seus nomes que são acompanhados do nome de seus lugares de origem (Epicuro de Samos, Aristóteles de Estagira, Sócrates de Atenas, e por aí vai). Então é nesse contexto do vínculo forte do indivíduo e o social que Aristóteles desenvolve seu pensamento, fazendo também uma análise das constituições de outras Cidade-Estado buscando elementos em comum. Ele descreve como essas estruturas nascem exatamente do aglomerado de estruturas sociais mais primitivas, como aldeias e vilas, e isso tudo a partir da organização que Aristóteles descreve como sendo a mais primitiva delas, que é a família; composta pelo homem, a mulher, o filho e o escravo. Estrutura formada totalmente segundo a lei natural, a lei do mais forte, da existência de naturezas que comandam e de naturezas que obedecem.

No texto, Aristóteles faz uma distinção clara entre o governo doméstico e o governo político, onde vai elaborando melhor o papel de cada indivíduo dentro dessa estrutura. O governo doméstico, ou a família, como comentei anteriormente seria a forma mais primitiva de organização social; é formado pelo homem, a mulher, o filho e o escravo. O escravo nesse sentido pode-se pensar também o animal lavrador, ou “boi lavrador” como Aristóteles coloca no texto. Nas famílias mais pobres, o animal cumpre o papel do escravo, e aqui vemos novamente a lei do mais forte imperando, pois assim como o homem mais pobre subjuga o animal e o faz trabalhar, da mesma forma um homem que possui escravos os subjuga pela mesma lei natural, é da natureza do escravo ser servil. Da mesma forma a mulher deve ser submissa ao homem, pois sua natureza é mais fraca, como vemos nas outras espécies como o macho domina a fêmea. E por último os filhos que a natureza fraca advém do fato de serem seres humanos “incompletos”. Então nesse sentido, o patriarca exerce poder sobre os outros membros da família, *marital* sob a esposa, o *despótico* sob o escravo e o *paternal* sob os filhos. É importante destacar que apesar do patriarca ser o “chefe” da família, há uma hierarquia, a mulher também vai ter alguma autoridade sob os filhos e o escravo, os filhos abaixo dessa cadeia e por último o escravo. O patriarca possui a posse de todos os membros de sua estrutura familiar, ele engloba a todos, sendo

eles portanto “partes” do mesmo. Da mesma forma o cidadão também faz parte da Polis, ele é parte do todo, inclusive Aristóteles compara isso aos nossos membros do corpo, como braços e pernas, eles são inúteis se separados do todo. Isso é importante de se entender quando entramos na esfera política, pois esses outros membros acabam tendo alguns direitos quando vistos como “partes do cidadão”, como direito à saúde da mulher, por exemplo. Por mais que no que tange as decisões políticas esses membros sejam vistos apenas como habitantes. Outra coisa importante de destacar mas que vou detalhar mais para frente é a questão ética, das diferenças na virtude de cada um desses indivíduos.

Saindo do âmbito familiar e olhando o político, no que tange os cidadãos não há essa hierarquia, eles são vistos em uma relação de igualdade, onde é importante se atentar que o “cidadão” não é todo e qualquer habitante da Polis; são geralmente homens livres, chefes de família e possuidores de alguma riqueza. Então naturalmente o caso das outras figuras que aparecem no governo familiar como subservientes ao patriarca (a esposa, o filho e o escravo), não possuem poder político, não tem poder de decisão nas esferas públicas. O estrangeiro também é um caso a parte, na análise que Aristóteles faz das constituições, ele percebe que em vários casos o cidadão precisa também ser nascido na cidade, e varia no que tange ter ambos ou somente um dos parentes também sendo nativo. Então o exercício do poder político pertence a uma classe muito específica, note que a cada condição esse número se reduz, e o sentido de “livre” do cidadão não é só em relação ao escravo, isso também atinge o artesão e outros prestadores de serviço, afinal se o indivíduo não tem riquezas o suficiente e precisa trabalhar para outrem para sobreviver, isso também o coloca em uma situação de semi-servidão. Seriam cidadãos de segunda categoria.

Bom, mas em que ponto a Ética e a Política de Aristóteles se encontram? Em “Ética a Nicômaco”, o filósofo começa dizendo que “Toda ação mira um bem”, ou seja, toda ação tem uma finalidade. Porém essa finalidade não é a mesma para toda ação, algumas podemos fazer tendo em vista um outro objetivo fora a ação em si, outras são mais imediatas. Em todo o caso, Aristóteles diz que todos esses bens se subordinam a um único, que seria a *felicidade*, a *eudaimonia*. A felicidade é o que mira toda a ação humana, porém não podemos deixar que cada indivíduo a escolha segundo seu critério pessoal, pois aparentemente é mais comum que os homens a busquem a partir dos prazeres. Aristóteles nos fala da *vida contemplativa*, da *vida dos prazeres* e da *vida política*. Ele foca na vida política, e isso tem a ver exatamente com a questão da *finalidade* da Polis, que é o *viver bem*, é trazer bem estar para seus cidadãos. Portanto se a

finalidade da cidade é a própria felicidade, a atividade da política seria a mais virtuosa, e todas as virtudes se voltam para o sujeito político, então a virtude do homem bom é colocada em função da do bom cidadão. O bom cidadão é o que exerce efetivamente seu poder político, participa das assembleias e vota. E aí nesse sentido também há os não-cidadãos, ou seja, todo o resto dos habitantes da Polis, quais seriam suas virtudes? Elas não podem ser as mesmas do cidadãos. O escravo não pode ter a mesma virtude do patriarca, o mesmo serve para a mulher e os filhos, suas naturezas são distintas. A resposta para isso se encontra exatamente nessas naturezas distintas, o patriarca tem a natureza forte, então a sua virtude está exatamente em comandar, e portanto nos outros indivíduos encontra-se a virtude de obedecer, de ser uma boa mulher e respeitar o homem, ser boa mãe, a mesma coisa para o escravo e sua condição de servidão, uma vez que ele é uma parte do próprio senhor, seus objetivos também devem se alinhar. Da mesma forma que o cidadão como sendo parte do Estado, deve se alinhar aos interesses políticos para ser um bom cidadão.

## **2 A natureza humana e a concepção de Bem em Aristóteles e Maquiavel**

Como discorri na primeira questão, para Aristóteles o sumo bem é a felicidade da comunidade, então se devemos agir com o bem da Polis em mente, é somente no exercício da atividade política que podemos atingir esse sumo bem. A Cidade é uma organização natural, ela é oriunda da própria natureza humana de se agrupar socialmente, primeiro se formam as famílias que com o tempo se tornam aldeias e desenvolvem-se as Cidades. A família é a primeira organização social, ela é formada pela própria natureza, afinal nas mais diversas espécies de animais e plantas existem o macho e a fêmea que precisam cruzar para perpetuar a espécie. É também na natureza que é possível ver o domínio do macho sobre a fêmea, isso também se traduz na sociedade, com os humanos de natureza mais fraca sendo subservientes ao mais forte, a mulher ao homem, o escravo ao senhor. Então comparando com Maquiavel e sua “verdade efetiva”, Aristóteles também faz uma análise a partir da observação da realidade material, ou seja, do comportamento da natureza e de outras estruturas sociais através de suas constituições. Com a diferença de que Aristóteles parece pensar em um comportamento ideal dos indivíduos dentro da sociedade, cada um como sendo partes dentro do todo, com um funcionamento quase orgânico.

Maquiavel por outro lado está mais interessado em observar e entender o próprio movimento

histórico, o movimento de ascensão e queda dos impérios. A partir do estudo de historiadores antigos, ele nota o caráter cíclico da história, da alternância constante entre a ordem e o caos e sua relação com a queda e ascensão dos governos. Ele não idealiza uma sociedade, ele analisa as existentes identificando o caráter de disputa pelo poder que também impera nesse movimento de ordem e caos, a natureza do homem é a da disputa pelo poder. O Príncipe enquanto essa figura que representa o poder do Estado, surge exatamente para manter a ordem a apaziguar a disputa, ou melhor, garantir a manutenção da sua própria posição de poder, e a partir disso, tentar mitigar qualquer ameaça interna ou externa. Perceba que isso já não vai em favor do que Aristóteles escreve sobre a felicidade ou as virtudes, a virtude do Príncipe não é uma moral de bem estar da Polis por simplesmente ser sua finalidade, está bem mais para uma espécie de sabedoria na hora de governar que garanta sua própria perpetuação no poder. O Príncipe não mantém a ordem simplesmente por querer, a ordem é necessária exatamente para conter a natureza do homem que é a da disputa, ele precisa mitigar tanto disputas internas quanto externas para preservar o seu próprio poder. Então não existe um conceito de “Bem” estabelecido, o Príncipe tem que garantir o bem-estar da população usando os meios necessários, então sua moral é variável dependendo da situação.

### **3 Relação ético-política em Maquiavel**

Como escrevi na questão anterior, a questão política em Maquiavel se dissocia da questão ética, o contrário do que vemos em Aristóteles. Em Maquiavel o Príncipe não tem necessariamente uma virtude moral, na realidade, não existe nem mesmo uma questão puramente moral, a questão circula mais no Estado como sendo o mantenedor da ordem. O Príncipe, uma vez que é a figura que representa esse poder estatal, é exatamente quem deve garantir a ordem afim de evitar o caos. Então ele protege os cidadãos enquanto se protege. Em Maquiavel o bem-estar da sociedade passa a ser pensada nesses termos, virtudes como coragem e justiça passam a ser relativos, o governante deve usar os meios necessários para manter a ordem.

Então aqui temos uma ordem moral totalmente diferente, o Príncipe precisa ser um bom estrategista antes de tudo; porém a sociedade não é formada só pelos que comandam, temos também os diversos indivíduos que obedecem, então tem de haver qualidades que são próprias do Príncipe, próprias ou que de alguma maneira se sobressaiam no Príncipe, que ele tenha mais virtude que os outros. Maquiavel descreve exatamente as duas qualidades como sendo a *virtú*

e a *fortuna*. A virtú se trata exatamente dessa capacidade “estratégica”, de saber lidar bem com as situações, enxergar o melhor caminho. Isso é essencial para o Príncipe, já que ao seu redor há uma constante disputa, tanto disputas externas, por motivos territoriais, quanto disputas internas, como tentativas de golpe. Então ele deve escolher bem seus aliados e tomar as melhores decisões. Mas e quanto a questões que seu poder de decisão de nada vale? Como ter o azar de ser acometido por uma doença mortal, por exemplo. Isso seria a fortuna, a sorte, é outra característica indissociável do governante, mas que diferente da virtude que depende da sua capacidade estratégica, a sorte é um fator totalmente imprevisível, então você pode ser favorecido pela fortuna, mas também pode ser prejudicado pela falta dela. A virtude do governante está exatamente em saber agir corretamente nesses momentos, tanto para avançar num momento de sorte, quanto para recuar quando percebe que a fortuna não o favorece.

Então se por um lado temos essa “moral” do Príncipe que é manter seu poder em meio à disputa, a moral do resto dos indivíduos do Estado não pode ser a mesma. As qualidades de virtude e fortuna são diferentes para cada indivíduo, e aos súditos não cabe a disputa pelo poder, então seguindo no sentido de ter uma ordem social para evitar essa disputa interna, ele atribui à esses indivíduos a moral judaico-cristã, uma lógica comunitária, de auxílio ao próximo. Essa ideia vai totalmente de encontro com a noção de ordem dentro do Estado, pois os súditos buscam esse “viver bem” enquanto comunidade, mas que isso só pode ser feito a partir das próprias condições propiciadas pelo Príncipe.